

Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar

PAULO ANDRÉ NIEDERLE¹
CATIA GRISA¹

Recibido: 2008-05-03

Aceptado: 2008-10-20

Resumo

O modelo de agricultura edificado sob a égide dos mercados globais de commodities agrícolas demonstra-se cada vez mais incapaz de constituir uma alternativa à crescente vulnerabilidade econômica e social que atinge grande parte do meio rural brasileiro, sobretudo quando se trata do universo social correspondente à chamada agricultura familiar ou camponesa. Em resposta a esta situação, muitas famílias rurais têm investido na diversificação dos meios de vida, o que tem levado à criação de dinâmicas de desenvolvimento mais localizadas. O objetivo deste artigo é analisar este processo de diversificação a partir de uma abordagem centrada nos atores sociais e nos múltiplos ativos que estes dispõem ou acessam. Inicialmente, discute-se a necessidade de uma perspectiva de desenvolvimento que reconheça a capacidade de agência dos agricultores para intervir no curso das transformações do mundo rural. Em seguida, apresentam-se os conceitos centrais da abordagem dos meios de vida rurais (rural livelihoods), a qual focaliza os diversos capitais que os agricultores utilizam na construção das estratégias de sobrevivência. Finalmente, o artigo trás resultados empíricos provenientes de estudo de caso recentemente realizado na região Missões, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Palavras-chaves: Agricultura familiar; Meios de vida; Desenvolvimento local.

1 Doutorandos do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil. Endereço: Av. N. S. de Fátima 64/401, Centro, Rio de Janeiro, Brasil. 20240-051. Telefone: 21 22249183. E-mail: paulo.niederle@yahoo.com.br; catiagrisa@yahoo.com.br.

DIVERSIFICACIÓN DE LOS MEDIOS DE VIDA Y ACCESO A ACTORES Y ACTIVOS: UN ABORDAJE SOBRE LA DINÁMICA DE DESARROLLO LOCAL DE LA AGRICULTURA FAMILIAR

Resumen

El modelo de agricultura construido en el marco de los mercados globales de los commodities agrícolas, tiende a ser una alternativa creciente de vulnerabilidad económica y social que alcanza gran parte del medio rural brasileño, sobretudo cuándo se trata del universo social correspondiente a la llamada agricultura familiar o campesina. En respuesta a esta situación, muchas familias acuden a la diversificación de los medios de vida, o a la creación de dinámicas de desarrollo más localizadas. El objetivo de este artículo es analizar este proceso de diversificación a partir de un abordaje centrado en los actores sociales y en los múltiples activos que estos disponen. Inicialmente, se discute la necesidad de una perspectiva de desarrollo que reconozca la capacidad de la representación de los agricultores para intervenir en el curso de las transformaciones del mundo rural. En seguida, se presenta los conceptos centrales del abordaje de los medios de vida rurales (rural livelihoods), lo cual enfoca los diversos capitales que los agricultores utilizan en la construcción de las estrategias de sobrevivencia. Finalmente, se presenta resultados empíricos provenientes del estudio de caso recientemente realizado en la región Missões, Estado del Rio Grande do Sul, Brasil.

Palabras clave: Agricultura familiar; Medios de vida; Desarrollo local.

DIVERSIFICATION DES MOYENS DE SUBSISTANCE ET ACCÈS À DES ACTEURS ET À DES ACTIFS: UNE APPROCHE DE LA DYNAMIQUE DE DÉVELOPPEMENT LOCAL DANS L'AGRICULTURE FAMILIALE

Résumé

Le modèle d'agriculture construit sous l'égide des marchés globaux de commodities agricoles se montre de plus en plus incapable de constituer une alternative à la croissante vulnérabilité économique et sociale qui atteint une grande partie du milieu agricole brésilien, et tout particulièrement l'univers social correspondant à ce que l'on appelle l'agriculture familiale, ou paysanne. En réponse à cette situation, beaucoup de familles rurales se sont lancées dans la diversification de leurs moyens de subsistance, ce qui a conduit à la création de dynamiques de développement plus localisées. L'objectif de cet article est d'analyser ce processus de diversification à partir d'une approche centrée sur les acteurs sociaux et sur les multiples actifs dont ceux-ci disposent ou auxquels ils accèdent. Notre propos porte en premier lieu sur la nécessité d'une perspective de développement qui reconnaisse la capacité d'agence des agriculteurs pour intervenir sur le cours des transformations du monde rural. Sont ensuite présentés les concepts centraux de l'approche des moyens de subsistance ruraux (rural livelihoods), qui se concentre sur les divers capitaux que les agriculteurs utilisent dans la construction des stratégies de survie. Finalement, l'article apporte des résultats empiriques provenant d'une étude de cas récemment réalisée dans la région des Missions dans l'état du Rio Grande do Sul, au Brésil.

Mots-clé: Agriculture familiale; Moyens de subsistance; Développement local.

LIVELIHOODS DIVERSIFICATION AND ACCESS TO ACTORS AND ASSETS: A FRAMEWORK ABOUT THE LOCAL DEVELOPMENT DYNAMICS OF FAMILY FARM

Abstract

The standard of agriculture built under the logics of the global markets of agricultural commodities is demonstrated more and more unable to constitute an alternative to increasing economic and social vulnerability that affects immense part of the Brazilian rural world, specially the social universe corresponding to family farm or peasant. In replies to this situation, many family farmers have been investing in the diversification of livelihoods, what has been taking to creation of more localized development dynamics. The object of this article is to analyze this process of diversification from an actor oriented perspective that point out the multiples assets that actors use or access. The first section of the article argues the necessity of a development perspective that recognizes the farmers' agency to intervene in the course of transformations of the rural world. The second presents the key concepts of the rural livelihoods' framework, which focuses the different capitals that farmers use to build several survival strategies. Finally, the article presents empirical results proceeding from case study recently carried out in the region Missões, state of Rio Grande do Sul, Brasil.

Keywords: Family farm; Livelihoods; Local development.

.....

Introdução

As especificidades de certas dinâmicas de desenvolvimento local frente a processos de globalização econômica constituem questão recorrente no debate social contemporâneo. Diversos estudos sobre globalização e localização na agricultura têm demonstrado que os processos globais convivem cada vez mais com a re-emergência do local e a revalorização da diversidade. Assim, ao mesmo tempo em que as localidades rurais se defrontam com tendências universalizantes decorrentes do movimento de transnacionalização dos capitais e dos atores econômicos que dominam as principais cadeias de valores (Bonano, 2007), novas possibilidades têm se aberto aos atores locais para se contrapor a estas tendências e criar dinâmicas de desenvolvimento mais autônomas (Long, 2001; Hinrichs, 2003).

Mesmo em regiões amplamente integradas à lógica dos mercados globais de *commodities* agrícolas, a dinâmica da agricultura demonstra-se profundamente heterogênea. Contrariando aqueles que a percebiam como elemento residual e temporário *vis-à-vis* uma tendência supostamente homogeneizante do processo de modernização, a diversidade se estabelece como fundamento central do mundo rural contemporâneo. Diversidade que reflete uma complexa articulação entre as distintas formas familiares que co-habitam os espaços rurais, com suas múltiplas estratégias de reprodução social, econômica e cultural, e uma gama ainda maior de atores sociais no âmbito do mercado, Estado e sociedade civil com os quais estas interagem.

O objetivo deste artigo é apresentar uma abordagem que permita analisar como determinadas estratégias localizadas, isto é, que se desenvolvem com certas especificidades em face do contexto social mais amplo, podem proporcionar aos agricultores formas mais autônomas de desenvolvimento. Adotando uma perspectiva eminentemente orientada aos atores, o artigo discute estratégias de diversificação dos meios de vida e acesso a ativos a partir de um enfoque que ficou conhecido no debate internacional como “*the sustainable livelihood approach*” (Ellis, 2000; Bebbington, 1999).

Em linhas gerais, o escopo deste enfoque volta-se ao modo como os pobres rurais podem construir estratégias que lhes permitam enfrentar “contextos de vulnerabilidade”, entendidos como ambientes de sujeição a situações de risco e instabilidade social, econômica e ambiental. Desenvolvida por Chambers e Conway (1992) no início da década de 90 com um foco na questão da “sustentabilidade social”, a abordagem dos meios de vida (*livelihoods*)² foi rapidamente incorporada por agências de desenvolvimento e instituições de pesquisa (DFID; IDS, 1999; World Bank, 2007). Inicialmente, os estudos se voltaram para as condições de vida das populações rurais africanas, haja vista a questão da redução da pobreza rural ter se tornado o centro das preocupações e, como reconhece Ellis (2000), a própria finalidade do desenvolvimento rural. Não obstante, a crescente utilização da abordagem fez com que esta tivesse seu escopo ampliado. Um dos eixos de pesquisa seguiu a discussão do *Overseas Development Group* da *University of East Anglia*, liderado por Frank Ellis, sobre diversificação dos meios de vida rurais, com ênfase nos processos pelos quais as famílias rurais constroem um portfólio de atividades para sobreviver e melhorar o padrão de vida a partir dos ativos/capitais dos quais dispõem.³

Outra discussão central desta literatura está relacionada aos trabalhos de Anthony Bebbington sobre *acesso* a ativos e atores. Bebbington (1999) retira o foco das estratégias de diversificação em si para acentuar um dos principais limitantes na construção destas: a dificuldade dos agricultores acessarem, defenderem e manterem ativos. Ampliando o debate para a questão do acesso e demonstrando que este envolve uma disputa entre os agricultores e outros atores sociais presentes em esferas mais amplas, o autor também parece dar maior ênfase às relações de poder envolvidas na construção das estratégias, tema tratado de modo tangencial por alguns autores e organismos que fazem uso desta abordagem (e.g. World Bank, 2007).

O artigo está subdividido em três seções. A primeira discute como a abordagem dos meios de vida se insere numa perspectiva teórica mais ampla que ganha força a partir da década de 90, postulando um reposicionamento dos atores sociais e da agência humana no centro do debate sobre desenvolvimento.

2 A tradução de *livelihoods* para o português é imprecisa. Autores têm traduzido o termo como “meios de vida” (Perondi, 2007), “modos de vida” (Peñafiel, 2006) ou “formas de vivência” (Navarro, 2001). Em todos os casos peca-se por retirar do conceito seu componente dinâmico associado à trajetória histórica de reprodução. Adotaremos o termo “meio de vida” em virtude de este estar mais próximo ao sentido de meios de suporte, subsistência ou manutenção da vida, os quais são representados na definição de *livelihoods*.

3 Esta discussão vem tendo um apelo crescente no Brasil, principalmente em estudos sobre a dinâmica da agricultura familiar da região sul (veja Perondi, 2007; Schneider, 2007; Peñafiel, 2006; Basso, 2004).

A segunda apresenta de modo mais detalhado o conjunto de categorias que formam o *framework* da abordagem, destacando os conceitos de ativos, capacidades e acesso. Finalmente, o artigo traz alguns resultados empíricos provenientes de um estudo realizado entre 2002 e 2006 no município de Salvador das Missões, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.⁴

Este município está inserido em uma das regiões brasileiras mais intensamente afetadas pelas mudanças na base técnica da agricultura ocorridas a partir dos anos 70. Neste período, os agricultores locais especializaram-se fundamentalmente no binômio soja-trigo, o que gerou uma profunda dependência a recursos controlados por atores externos e a conseqüente perda do controle sobre a reprodução de suas unidades familiares. Durante o período em que o modelo modernizante se mostrou apto a cumprir a tarefa de garantir produção, produtividade e renda às famílias rurais, foi capaz de adentrar aos rincões mais remotos impondo uma crescente mercantilização da vida social e econômica. Porém, a partir dos anos 90 começam a aparecer de modo mais evidente alguns sinais de crise deste modelo. Além da estagnação dos níveis de produção e produtividade, no período que antecedeu a realização da pesquisa, a oscilação do preço das *commodities* e as recorrentes estiagens que afetaram a região conformaram uma situação de intensa vulnerabilidade social. A resposta dos agricultores a esta situação foi a construção de novas estratégias de reprodução que envolveram o acesso a atores e ativos dos mais diversos, como apresentaremos a seguir.

1. Desenvolvimento a partir de uma perspectiva orientada aos atores

O reconhecimento que a abordagem dos meios de vida obteve nos campos acadêmico e político-institucional está intimamente associado a uma virada teórica e metodológica ocorrida nas ciências sociais a partir do final dos anos 1980 e, notadamente, no decorrer da década de 90. Uma mudança de orientação que reflete a emergência de perspectivas mais focadas sobre os atores sociais. Este período marca o que no debate sociológico vem sendo chamado de retorno dos sujeitos (Touraine, 1994) e da agência humana (Giddens, 1989), os quais haviam sucumbido face aos estruturalismos que predominaram até então na teoria social.

4 Os dados provêm do projeto “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Sul do Brasil” (AFDLP, 2003) realizado em parceria pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pela Universidade Federal de Pelotas e coordenado pelos professores Sergio Schneider e Flávio Sacco dos Anjos. Resultam da aplicação de questionários estruturados a 58 unidades familiares de produção (cerca de 10% do total) selecionadas através de amostragem sistemática por comunidade e dizem respeito ao ano agrícola 2001-02. Foram também realizadas 32 entrevistas semi-abertas junto a agricultores e mediadores sociais durante o mês de setembro de 2006.

No campo da discussão “desenvolvimentista”, este período assinala processos de descentralização política e de re-emergência da sociedade civil e das esferas públicas enquanto arenas do debate democrático e emancipatório. Muito disto por conta da ascensão de novos movimentos sociais (feministas, ambientalistas, pacifistas, de consumidores, etc.) aliados ou não aos movimentos sociais e sindicais mais tradicionais. Temas como participação, empoderamento, capital social, governança e democratização adentraram com força à agenda de desenvolvimento, todos estreitamente ligados a esta mudança de foco que se revelou menos orientado para o crescimento dos Estados nacionais e das forças produtivas, e mais diretamente voltado para as localidades/territorialidades e para os agentes e instituições sociais.

Neste momento, um marco particularmente importante para a discussão sobre *livelihoods* foi a crescente ascendência da perspectiva de desenvolvimento como expansão das liberdades desenvolvida por Amartya Sen (2000) e que foi rapidamente incorporada por instituições multilaterais e programas internacionais de desenvolvimento, sobretudo no que tange às questões da pobreza, fome e desenvolvimento humano. Ainda que de modo impreciso, a discussão sobre meios de vida apresenta um diálogo muito próximo com a abordagem seniana das capacitações, sobretudo quando enfoca a questão dos ativos e das capacidades (*capabilities*) dos atores sociais.

Apesar de sua incontestável relevância a este estudo, a perspectiva de Sen demonstra uma questão não resolvida no que se refere à forma como o autor circula de modo ambíguo entre categorias como indivíduo, pessoa e agente. Ambigüidade que dificulta o tratamento da questão do poder, especialmente em relação às possibilidades dos indivíduos alterarem as relações de poder. Ademais, há imprecisão no conceito seniano de “liberdade” que diminui a importância dos conflitos e assimetrias de poder que estão na base da formação das preferências individuais (Evans, 2002; Oliveira, 2007).

De outro modo, seguindo autores como De Haan (2000), que tem procurado dar um passo além no sentido de situar no interior do debate sobre *livelihoods* uma perspectiva mais consistente acerca destas questões, nos remetemos mais diretamente ao debate sociológico acerca da relação ator/estrutura. Na esteira da discussão de Giddens sobre *agency*, da proposição sobre as práticas de Bourdieu e da perspectiva hermenêutica de Long, De Haan (2000) sintetiza com precisão este debate e encaminha uma compreensão que doravante procuramos discernir:

Nós aprendemos desde Bourdieu (1977, 1990), Giddens (1984) e Long (1989, 1992) que o comportamento individual é socialmente construído. ‘Agência’ é incorporada no indivíduo, mas inserida em relações sociais através das quais se torna efetiva. Escolhas e decisões individuais

são inseridas em valores, normas e estruturas institucionais. Através da ‘agência humana’ as estruturas podem mudar. Agência também causa mudanças nos meios de vida (*livelihoods*) ao longo do tempo. Atores, sejam individuais ou grupos sociais, influenciam a estrutura através da agência. Além disso, agência é o nexo entre ator e estrutura (De Haan, 2000, p. 349).

No decorrer dos anos 90, Norman Long e colaboradores articularam um conjunto de proposições ao debate da sociologia do desenvolvimento conhecidas como “perspectiva orientada ao ator” (*the actor-oriented perspective*) (Long; Long, 1992; Long; Ploeg, 1994; Long 2001). Centrada fundamentalmente em torno do conceito sociológico de *agency*, esta perspectiva se aproxima da teoria da estruturação de Giddens (1989), a qual se refere à agência enquanto *knowledgeability e capability* dos atores para “fazer uma diferença” no fluxo dos eventos sociais. Contudo, Long (2001) considera que, ao mesmo tempo em que acentua excessivamente a capacidade reflexiva dos indivíduos, a definição de Giddens não permite criatividade e motivação, descartando sentimentos, emoções e percepções que interferem na ação. Assim, para Long (2001, p. 56), mais do que capacidade reflexiva, a agência refere-se à “capacidade de processar a experiência, tomar decisões e atuar em consequência”.

Todos os atores sociais exercem algum tipo de agência, mesmo aqueles em posições altamente subordinadas, sob as formas mais extremas de coerção. A própria resistência constitui uma forma de poder de agência (Romano, 2002). Foi isso que mostrou Scott (1987) quando referiu as diversas formas de “resistência cotidiana” criadas pelos camponeses da Malásia. A agência refere-se a esta capacidade dos atores de intervir no curso dos acontecimentos e, neste sentido, relaciona-se diretamente a “poder”. A posse de determinado “poder de agência” é o que dá substância aos atores sociais; fazendo com que indivíduos destituídos de capacidades transformem-se em atores.

Também à luz da teoria da estruturação, Cohen (1999, p. 414) destaca que o exercício deste poder depende dos atores lançarem mão dos mais variados “recursos” (materiais e simbólicos), tidos como “as facilidades ou bases de poder a que o agente tem acesso e que ele manipula para influenciar o curso da interação com os outros”. Não obstante, *per se* a posse de recursos não faz com que o ator tenha mais ou menos poder, este somente se constitui de modo relacional de acordo com as interações estabelecidas entre atores individuais e coletivos. Em outras palavras, o poder é relacional e só se constitui numa rede de atores sociais e na medida em que se faça uso dele. O poder está nas relações e não nas pessoas e grupos em si (Foucault, 1984). Como aludem Long e Ploeg (1994, p. 66), “a agência depende crucialmente da emergência de uma rede de atores que se tornam parcialmente (...) envolvidos nos projetos e práticas de alguma outra pessoa ou grupo”. Assim, recursos tornam-se ativos somente quando mobilizados para construir estratégias. Deste então, passam a estar relacionados à capacidade de ação, podendo ser considerados a base de poder do agente (Bebbington, 1999).⁵

5 Embora Bebbington (1999) utilize “recursos” e “ativos” de modo intercambiável, o autor faz questão de distinguir ativos como o conjunto de recursos *acessados* para a construção das estratégias de reprodução.

Além disso, é mister reconhecer que a posse de determinado poder por um ator não implica necessariamente que o outro perca, como se resultasse num cálculo de soma zero. O poder “não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos” (Foucault, 1984, p. 183). O caso mais emblemático neste sentido diz respeito ao “capital social”; a ampliação do conjunto de ativos deste capital por um ator não resulta na perda por parte de outro.

Outra questão de suma relevância diz respeito ao reconhecimento das distintas compreensões de influência, poder, autoridade e conhecimento. Numa perspectiva eminentemente hermenêutica, Long e Ploeg (1994) sustentam que a interpretação do significado destes conceitos é culturalmente variável, não se encontrando uma interpretação universal de agência, mas tantas variantes quantas sejam os repertórios culturais individuais e coletivos existentes. Neste sentido, Long (2001) discorda de Giddens quando este toma *knowledgeability and capability* numa interpretação universal. De outro modo, o autor acentua a existência do que Marilyn Strathern chama de “teorias nativas da agência”, procurando demonstrar como modos diferenciais de poder, influência, racionalidade e conhecimento são culturalmente definidos. Igualmente, podemos aludir para o fato de que a importância e significado que os ativos possuem é absolutamente variável de um contexto para outro.

Mesmo numa perspectiva orientada aos atores não se pode deixar de reconhecer que a agência é conformada histórica e espacialmente dentro de certas condições relativas à estrutura social. Como alude Cohen (1999, p. 416), “os tipos de recursos aos quais os agentes têm acesso e as habilidades cognoscíveis envolvidas nas práticas que eles desempenham, assim como o seu conhecimento discursivo de condições sociais mais amplas, sempre existem no interior de limites históricos e espaciais determinados”. Portanto, não se trata de negar o “papel” das estruturas sociais, mas é preciso refutar percepções que as consideram como entes externos e totalizantes que regem a ação social. As estruturas devem ser compreendidas como o conjunto de instituições sociais históricas decorrentes da própria interação entre os agentes (presentes e antecessores).

À necessidade de encerrar esta discussão inicial, a qual certamente deixa várias lacunas, cabe ratificar que o conceito de *estratégia* é inseparável da própria noção de agência. As estratégias representam projetos específicos e, segundo Schneider (2003), apresentam-se como uma ligação que parece superar a dicotomia estrutura-agente visto que, ao mesmo tempo em que reconhecem espaço para a agência dos atores, também demonstram que esta ocorre dentro de limites e condicionantes sociais, culturais, econômicos,

políticos e ambientais. Em outras palavras, as estratégias dependem tanto da *capacidade* dos agentes (aqui pensada em termos de posse de ativos), quanto da *estrutura de oportunidades* (condições do contexto estrutural), a qual as estratégias também contribuem para alterar.

2. A abordagem dos *livelihoods*: diversificação, ativos e acesso

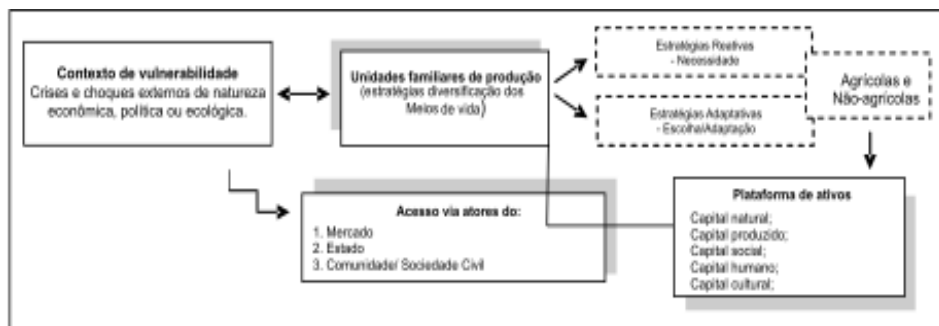
O que faz da diversificação uma alternativa determinante à reprodução dos agricultores familiares? Não seria mais vantajoso a eles apostar na especialização em uma ou duas ocupações/atividades que lhes propiciassem vantagens em termos de economia de aprendizado e ganhos de escala? Mais do que um problema de cunho teórico, esta parece ser de fato uma questão de ordem contextual e empírica, para a qual não é possível ter uma resposta *a priori*. Dentre os agricultores investigados, muitos consideram a especialização vantajosa seja em termos econômicos seja em virtude da menor exigência de esforço físico e tempo de trabalho. Contudo, a questão é que este tipo de opção geralmente requer um nível de estabilidade econômica que, geralmente, não se encontra na agricultura familiar ou camponesa. Nestes casos, a diversificação torna-se uma alternativa consistente por garantir maior estabilidade e autonomia frente a um contexto crescentemente incerto. Diversificar o leque de estratégias permite reduzir a instabilidade do processo de reprodução ocasionada por possíveis falhas em uma das rendas (perda de colheitas, por exemplo) ou pela variabilidade e sazonalidade das rendas durante o ano. Em outras palavras, possibilita aos agricultores maior autonomia frente a ambientes de vulnerabilidade caracterizados por crises e choques externos (Ellis, 2000).

Ademais, quando a diversificação associa-se ao desenvolvimento de atividades que envolvem ativos disponíveis no interior da própria unidade familiar de produção, como frequentemente é o caso, esta possibilita a diminuição da dependência dos agricultores a recursos controlados por atores externos. Nos termos utilizados por Ploeg (2006), a diversificação passa a constituir uma estratégia de diminuição do nível de “externalização” do processo produtivo, garantindo maior autonomia e controle sobre o processo de reprodução. Deste modo, a diversificação torna-se um fator-chave do desenvolvimento na mesma medida em que o próprio desenvolvimento passa a ser considerado enquanto processo que possibilita aos atores sociais maior *autonomia* para construir as trajetórias de vida que consideram significativas.

Quais elementos considerar para a análise da construção de estratégias de diversificação dos meios de vida? Seguindo Bebington (1999) e Ellis (2000), reproduzimos esquematicamente os principais elementos constituintes deste processo no quadro abaixo. Resumidamente, esta perspectiva aponta para como

as unidades familiares mobilizam distintos ativos para construir estratégias “reativas” ou “adaptativas” dependendo da situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

Quadro 1 A construção de estratégias de diversificação dos meios de vida



Fonte: Elaboração dos autores a partir de Bebington (1999) e Ellis (2000).

Inicialmente, cabe uma breve consideração sobre a *unidade de análise*. Segundo Ellis (1998), a maior parte dos trabalhos sobre *livelihoods* tem adotado como unidade de análise o grupo doméstico (*household*). No Brasil, a discussão sobre a unidade adequada para o estudo das estratégias de reprodução dos agricultores familiares tem destacado a “unidade familiar” (Carneiro, 2000; Schneider, 2003; Mattei, 2007). Conforme Carneiro (2000, p. 31), a escolha da unidade familiar torna-se mais apropriada a este tipo de estudo porque, distintamente da unidade de produção, “[...] permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da produção.” Ademais, é imprescindível ter em conta que tal iniciativa requer a compreensão das interfaces entre a família e os indivíduos situados em seu interior, acercando-se das relações, racionalidades e estratégias individuais e familiares (Whatmore, 1994). Somente assim é possível identificar como normas e valores familiares influenciam a ação dos indivíduos ao mesmo tempo em que a conduta destes determina o comportamento da família, salientando que, mesmo que a unidade de análise seja a família, é imprescindível considerar as estratégias individuais, sendo a proeminência da pessoa ou do grupo uma questão relacionada eminentemente ao fenômeno ou estratégia estudada.

O segundo ponto que merece destaque diz respeito à subdivisão proposta por Ellis (2000) entre estratégias reativas e adaptativas, classificação que deriva basicamente da condição socioeconômica das famílias *vis-à-vis* o

contexto social. Estratégias “reativas” manifestam-se como uma alternativa advinda da necessidade de sobrevivência familiar frente a um contexto de vulnerabilidade. São estratégias construídas como resposta à ocorrência de crises e choques (secas, inundações, queda de preços, etc.) e que se tornam alternativas momentâneas de sobrevivência. De outro modo, estratégias de “escolha e adaptação” se expressam como processos voluntários pró-diversificação dos meios de vida de unidades mais estáveis. São estratégias que “antecipam” possíveis crises e choques e garantem maior estabilidade quando da ocorrência destes.

Em terceiro lugar, cabe salientar que as estratégias podem ser agrícolas (diversificação dos sistemas de produção e criação) e não-agrícolas (pluriatividade, migração, etc.). Para Bebbington (1999), a compreensão da importância destes dois tipos de estratégias altera completamente o modo como sempre se focalizou a questão da viabilidade do campesinato. Segundo o autor, na medida em que se compreende a grande diversidade de alternativas não-agrícolas desenvolvidas por estes agricultores, a discussão sobre viabilidade somente pelo ângulo da eficiência técnica e produtiva para competir em mercados agrícolas perde completamente o sentido. Deste modo, supera-se um longo debate empreendido no meio acadêmico e político-institucional brasileiro que colocou, de um lado, posições que procuravam evidenciar a capacidade produtiva agrícola da agricultura familiar e que, de certo modo, subestimaram os efeitos da crise que afetou esta categoria (Guanziroli, 2001) e; de outro, posições que, acentuando os efeitos desta crise, mas subestimando a potencialidade que novos mercados poderiam abrir em termos de estratégias agrícolas, focalizaram sobretudo a importância crescente dos mercados de trabalho e ocupações não-agrícolas (Graziano da Silva, 1999).

Finalmente, para esta abordagem talvez o componente mais importante se refira à plataforma de ativos, tidos como recursos específicos acessados para a construção das estratégias. Para Bebbington (1999), os ativos são não somente veículos para a ação *instrumental* (que permitem às pessoas construir alternativas de reprodução material), mas também meios para a ação *hermenêutica*, uma vez que também dão significado à vida das pessoas, e *emancipatória*, visto que constituem a base de poder que permite aos atores desafiar as estruturas de dominação e coerção. Em outras palavras, mais do que recursos utilizados na construção das estratégias de sustento, os ativos são a própria base de poder que dá capacidade (*capability*) ao agente para ser e agir. Esta discussão expande a compreensão seniana sobre o capital humano, o qual possibilita às pessoas atuar de modo mais significativo no mundo e dá a elas poder para transformá-lo.

Os ativos são ao mesmo tempo *inputs* e *outputs* das estratégias. Eles compõem a base de recursos necessária à formação das alternativas de sobrevivência, as quais podem retroalimentar a plataforma de ativos. Não obstante, algumas estratégias podem sacrificar determinados ativos para garantir outros (sobreexploração dos recursos naturais para garantir recursos financeiros, por exemplo).

Bebbington (1999) classifica os ativos de capital em cinco tipos: a) *capital natural* (qualidade e quantidade de recursos naturais – terra, água, solo, etc.); b) *capital produzido* (infra-estrutura – estradas, energia, telefone, barragens, etc.; ativos financeiros – dinheiro, poupança, crédito; meios de produção – máquinas, ferramentas, insumos); c) *capital humano* (conhecimento, saúde, destrezas, habilidades); d) *capital social* (redes de reciprocidade e confiança) e; e) *capital cultural* (recursos, valores e símbolos apropriados em virtude da cultura dos grupos sociais dos quais se faz parte, e que sustentam formas de identidade, costumes, tradições e padrões de interação).⁶

Como afirmamos, este conjunto de ativos constitui a base de poder dos atores. É o que permite a eles se reproduzirem e alterarem as estruturas institucionais sob as quais a reprodução ocorre. Nesta perspectiva, possibilitar *acesso* aos ativos torna-se uma política de empoderamento, uma vez que afeta as relações de poder que geralmente dificultam aos indivíduos e grupos construir suas estratégias de vivência (Romano, 2002). Entretanto, não se trata de qualquer ativo, mas daqueles que são mais importantes para as diferentes pessoas e em diferentes lugares (cf. discussão precedente sobre “teorias nativas de agência”).

Ainda de acordo com Bebbington (1999), muitas vezes a própria distinção entre acesso e recurso é desfeita na medida em que o acesso constitui o recurso mais crítico. Além do mais, o acesso pode ser visto como analiticamente anterior à constituição da plataforma de ativos, assim como o acesso a outros atores precede o acesso a recursos. Construir formas de acesso torna-se então uma questão de primeira ordem para esta perspectiva de desenvolvimento. Por sua vez, melhorar o acesso a ativos remete ao desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas⁷ e das estruturas de oportunidade (contexto social, político e econômico) que constroem ou facilitam o acesso.

6 A classificação de Ellis (2000) é ligeiramente distinta: natural, físico, financeiro, humano e social. O autor inclui “capital cultural” dentro de “capital social” e subdivide o “capital produzido” em “físico” e “financeiro”.

7 Evans (2002) desloca o foco das “capacidades individuais” para a ação coletiva e as capacidades coletivas, as quais se mostram, segundo o autor, mais eficazes ao enfrentamento das restrições e

O acesso envolve basicamente as esferas do mercado, Estado e Sociedade civil em suas diferentes escalas. Cada uma destas esferas sociais possui sua própria lógica de ação, exigindo determinados comportamentos dos agentes e influenciando ao seu modo a distribuição, controle e transformação dos ativos. Como alude Claus Offe (1999, p. 128),

O Estado, o mercado e a comunidade [sociedade civil] representam os modos ideais-típicos nos quais as pessoas vivem e interagem, os modos de coordenação dos indivíduos e suas ações. Cada um deles atua, e de certa forma se baseia em uma das três capacidades coletivamente relevantes por meio das quais os seres humanos podem intervir no mundo social: razão, interesse, paixão.

Não obstante, é equivocado imaginar que Estado, mercado e sociedade civil constituem esferas homogêneas e/ou que sejam uma a antítese da outra. A própria possibilidade de acessar ativos e alterar as relações de poder depende crucialmente de que se compreenda que estas esferas possuem atores com interesses distintos em seu interior. Ademais, é mister notar que estas esferas possuem fronteiras cada vez mais permeáveis a atores que circulam de modo indistinto entre elas (Dagnino, 2002). É por isso que, como assume Offe (1999), as soluções monísticas baseadas no Estado, mercado ou na comunidade são cada vez mais substituídas por soluções “impuras”, em que cada um destes componentes assume um papel essencial, mas não exclusivo, em arranjos institucionais cada vez mais complexos e compostos.⁸

As dificuldades de democratização do acesso decorrem principalmente do fato de que as pessoas com maior dotação inicial de ativos dominam os recursos, uma vez que conseguem constituir relações mais próximas aos atores do mercado, do Estado e da sociedade civil. Pessoas com menores dotações apresentam capacidade limitada para construir redes que poderiam intermediar o acesso (Bebbington, 1999). Deste modo, uma questão essencial passa a ser compreender como as pessoas com menos dotações podem desenvolver o acesso a atores e ativos e de que maneira organizações externas podem facilitar o acesso. Em resumo, quais são as formas de construir acesso? Para responder a esta indagação, encerramos esta seção discutindo um dos elementos em maior evidência na literatura recente sobre *livelihoods*, o chamado “capital social”.

desigualdades de poder, principalmente por parte daqueles atores menos privilegiados, i.e., com menores dotações de ativos.

8 As teorias sobre *embeddedness* trazem contribuições importantes neste sentido, seja do ponto de vista da nova sociologia econômica de Granovetter (1985) que trata do enraizamento do mercado na sociedade, seja na perspectiva da teoria institucional do desenvolvimento de Evans (1995) que acena para o enraizamento do Estado na sociedade (*state in society*).

Os autores que discutem o acesso a ativos (Bebbington, 1999; De Haan, 2000) parecem caminhar para um entendimento no que concerne à centralidade do capital social enquanto um dos seus principais determinantes. Uma vez que o acesso a outros atores é considerado anterior ao acesso aos recursos (Bebbington, 1999), a discussão do capital social ajuda a entender como se formam redes sociais que favorecem o acesso, visto que este capital se torna um precursor fundamental para os demais.

Nesta perspectiva o “capital social” não tem o mesmo significado que lhe foi atribuído no estudo clássico de Putnam (1996) sobre comunidade cívica na *Terça Itália*. Em primeiro lugar porque o autor considera o capital social como um bem-público e não como um ativo apropriado por indivíduos e grupos e utilizado como meio de poder. Em segundo lugar, porque na concepção de Putnam a construção de capital social se torna inviável, uma vez que este fica a mercê da reprodução de um círculo histórico virtuoso de instituições morais e cívicas. De outro modo, aqui capital social refere-se a redes de relações e normas de confiança e reciprocidade que facilitam as trocas materiais e simbólicas entre os atores. Além de acumulado, o capital social pode ser construído e de sua construção passa a depender a capacidade dos agentes de acessarem outros ativos e alterarem as relações de poder. Para aqueles atores com uma plataforma restrita de capitais natural, produzido e humano, o capital social pode constituir o meio mais efetivo para acesso a outras formas de capitais.

Não obstante, se a falta de capital social é um problema em termos de acesso a recursos, o “excesso” também pode tornar-se um empecilho. Isso porque do ponto de vista do acesso a ativos, o mais importante parece ser a constituição do que Granovetter (1973) chama de “laços fracos”, ou seja, vínculos caracterizados por relações *não-redundantes* com atores sociais que estão fora do círculo social mais íntimo (família, parentesco, vizinhança). Em outras palavras, capital social centrado exclusivamente em redes de relações sociais comunitárias pode ter um efeito menor do que aquele associado a vínculos que se estabelecem com atores externos (mesmo que, neste caso, as relações se demonstrem menos densas), os quais podem facilitar o acesso a recursos que, no primeiro caso, não seriam alcançados.

Por sua vez, Fox (1996) encaminha a discussão para a “construção política de capital social” a partir de sua co-produção entre o Estado e atores da sociedade civil. Para o autor, ciclos cumulativos de conflito e cooperação entre Estado e sociedade podem criar uma dinâmica de acumulação de capital social e aprendizado coletivo que potencializam a ação de grupos sociais subalternos. Além de revelar que a produção de capital social envolve processos

conflitivos (o que é remoto à perspectiva de Putnam), recolocando a questão do poder na análise, esta perspectiva discute o conceito a partir da ótica da viabilização da “ação coletiva autônoma” dos agentes locais. Isto não significa, contudo, que a produção de capital social seja somente o resultado da ação de atores locais. Este processo geralmente está associado à agência de atores externos, sendo o capital social um meio de potencializar as capacidades dos atores locais para acessar ativos.

3. As estratégias de diversificação dos meios de vida dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS

Inserido numa região de colonização teuto-brasileira que data o início do século XX, Salvador das Missões caracteriza-se por um meio rural composto fundamentalmente por unidades familiares de produção. Trata-se de um universo social onde o “moderno agronegócio da soja” se desenvolveu sustentado por uma diversidade de formas familiares de produção, todas profundamente transformadas a partir década de 60 pelas políticas de modernização da agricultura sob os preceitos da chamada “revolução verde”. Desde então se consolidou uma agricultura de crescente integração aos mercados de *commodities* agrícolas e uma dinâmica de desenvolvimento marcadamente exógena e agro-exportadora, amplamente dependente do setor primário e, notadamente, do desempenho de culturas de alto valor comercial.

Seguindo Long (2001) e Ploeg (1990; 2006), este período pode ser caracterizado por três processos interconectados: *mercantilização*, *externalização* e *cientificização* da agricultura local. A mercantilização caracterizou-se pela crescente inserção das unidades de produção na “lógica do mercado”, com o trabalho e os processos produtivos se organizando cada vez mais em função do aumento da capacidade de geração de valores de troca e, principalmente, daqueles que possibilitam maior retorno financeiro imediato, no caso, a soja. A externalização diz respeito ao processo desencadeado de transferência de recursos e tarefas que outrora eram reproduzidos internamente à unidade produtiva, numa via de “reprodução relativamente autônoma” da agricultura camponesa, para o controle de atores externos, agora numa via de “reprodução dependente” (Ploeg, 1990). Isto pode ser verificado, por exemplo, no expressivo aumento do consumo intermediário na agricultura local. Somente na década de 1970, período no qual a ação do Estado revelou-se mais expressiva em termos de mudanças técnicas, o consumo intermediário⁹ na

9 Considerados os gastos com arrendamento de terras, adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícolas, alimentação e medicamentos dos animais, aluguel de máquinas e equipamentos e o pagamento de serviços de empreitadas.

agricultura local apresentou um aumento de mais de 470%, tendo sua relação proporcional ao Valor Total da Produção (VTP) passado de 12,43% para 28,28%, o que se revela ainda mais surpreendente se considerarmos que o VTP também duplicou neste período (Niederle, 2007).¹⁰ Estes processos foram facilitados pela crescente *cientificização* da agricultura que possibilitou a geração de tecnologias que aumentaram o controle externo sobre o processo de trabalho agrícola e sobre a natureza.

Conjuntamente estes processos promoveram mudanças substanciais nas formas familiares de produção. Os agricultores viram-se inseridos num regime sociotécnico que lhes retirou o controle direto sobre o processo de reprodução, uma vez que a base de recursos, antes endogenamente reproduzida, ficou cada vez mais nas mãos de agroindústrias, bancos e cooperativas agropecuárias. A agricultura modernizada viu-se diante de um crescente “*squeeze*” (Ploeg *e. al.*, 2000), fruto do aumento expressivo das despesas em relação ao valor da produção, o que resultou na deterioração dos níveis de renda dos agricultores e no aumento da vulnerabilidade econômica e social.

Outros fatores também confluíram nesta direção, como os novos marcos de regulação da ação estatal em relação à agricultura a partir da década de 1990, expressos na liberalização comercial e desregulamentação do mercado interno, mudanças na taxa de câmbio, contenção de consumo via arrocho salarial, aumento dos juros e diminuição do crédito (Leite, 2001). Conciliada às mudanças na ação do Estado, a flutuação dos preços da soja no mercado internacional também exerceu influência determinante no endividamento de muitos agricultores. Além do mais, nos anos que antecederam a realização da pesquisa os agricultores se defrontaram com não menos importantes e dramáticas situações de vulnerabilidade frente às secas que assolaram a região. Este conjunto de fatores constitui o contexto de vulnerabilidade referido acima, a partir do qual começam a ser traçadas várias estratégias de diversificação dos meios de vida.

Atualmente, a produção de soja continua representando o sistema de cultivo mais freqüente na agricultura local. No ano agrícola 2001/02 apenas 13,7% das unidades pesquisadas não produziram a leguminosa.¹¹ Muitos

10 Outras referências podem ser feitas à terceirização da atividade produtiva representada pela contratação de força de trabalho humana, animal e mecânica. Segundo dados censitários referentes ao município de Cerro Largo (do qual Salvador das Missões se emancipou em 1992), em 1970 este fenômeno ocorria em 23% dos estabelecimentos agrícolas e, em 1985, alcançou 63,54%.

11 Cabe notar que a pesquisa precedeu o novo *boom* da soja na safra 2007/08, o qual é decorrente da elevação do preço internacional desta *commodity* que, em fevereiro de 2008, bateu o recorde histórico (obtido em 1973) de US\$ 12,90 por *bushel* (27,21 quilos) do grão na bolsa de Chicago.

agricultores persistem na produção porque estão “presos” a uma estrutura de máquinas e instalações difícil de ser convertida para outras atividades (uma espécie de *path dependence*). Outros optam pela atividade em decorrência da necessidade de rápido retorno financeiro para garantir a sobrevivência da família, atingido em virtude do ciclo produtivo da soja completar-se em cerca de quatro meses. O fato, contudo, é que é cada vez mais remoto encontrar agricultores que se dediquem exclusivamente à produção de soja, o que poderia perpassar ao senso comum quando se fala em uma das regiões brasileiras mais marcadas pelo desenvolvimento desta *commodity*. Se olharmos, por exemplo, para o nível de especialização das unidades de produção em termos da proporção que a soja representa no produto bruto total produzido (em termos monetários), veremos que em apenas seis (06) dos 58 casos estudados esta proporção ultrapassa a faixa dos 50%. Por sua vez, para metade dos estabelecimentos investigados essa proporção não supera a faixa de 20%.

Substituindo em parte ou acompanhando a produção de soja encontra-se atualmente uma série de estratégias agrícolas e não-agrícolas, dentre as quais se destacam a pecuária leiteira, a produção para autoconsumo, a agroindustrialização, a pluriatividade e a migração. Sem a pretensão de esgotar o conjunto de elementos analíticos pontuados acima, doravante discutiremos estas estratégias emergentes atentando para três questões principais: a) a relevância da estratégia; b) os capitais e ativos basilares pelos quais a estratégia é significativamente condicionada e; c) os atores que promovem ou mediam o acesso a estes ativos. Antes, contudo, cabe observar o caráter generalizante da análise. Em virtude da opção que fizemos pela discussão da diversificação privilegiamos apresentar o conjunto das estratégias emergentes. O custo desta opção metodológica é a impossibilidade de, nos limites de espaço aqui reservados, discutir cada estratégia de modo mais pormenorizado.¹²

3.1 A pecuária leiteira

A produção leiteira tem sido uma atividade de crescente relevância em Salvador das Missões. Com efeito, apenas duas unidades familiares, dentre as 58 investigadas, não a praticavam no período da pesquisa. O desenvolvimento desta estratégia está relacionado, sobretudo, à reconversão que vem sendo empreendida por alguns agricultores que anteriormente produziam soja e cada vez mais se voltam para a pecuária de leite. A vulnerabilidade advinda do

12 Estudos anteriores realizados no mesmo universo discutem estas estratégias de modo particular e, ainda que nem sempre referidos diretamente, são basilares para as considerações feitas doravante. Veja Schneider e Niederle (2007), Niederle (2007), Grisa (2007), Wesz e Niederle (2007), Anjos *et. al.* (2004).

cultivo da soja em decorrência das oscilações do mercado internacional e da suscetibilidade a fatores adversos de ordem climática tem incitado uma reação dos agricultores no sentido de diversificarem suas fontes de renda e adotarem atividades que possam proporcionar mais de um ingresso ao longo do ano, caso da atividade leiteira. A garantia de uma renda mensal que possibilita maior estabilidade financeira e faça frente a um conjunto de gastos mensais (energia elétrica, telefone, etc.) tem sido um dos principais motivos para a adoção desta estratégia.

Comparativamente às demais estratégias, os ativos determinantes ou relacionados a esta atividade são os capitais *produzido* e *natural*. Além do crédito, a produção leiteira demanda outros itens de capital produzido, como estábulo, sala de ordenha, ordenhadeira, resfriador, implantação de pastagens e montagem dos piquetes. O acesso a estes ocorre, principalmente, através do Estado e de seus programas de fomento e custeio – sobretudo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) – e também por meio de cooperativas e empresas do setor lácteo que financiam a aquisição de equipamentos e, até mesmo, vacas leiteiras, pagas com parte da venda mensal do leite. Muitas destas cooperativas e empresas dispõem de serviços de extensão rural com vistas a potencializar a atividade junto às unidades de produção. Além de assessorias nos aspectos produtivos (pastagens, alimentação, etc.), os mediadores são interlocutores no acesso, incremento e melhorias do capital produzido.

No que concerne ao capital natural, como também alude Basso (2004), a atividade leiteira não é tão demandante em extensão de terras (*vis-à-vis* a produção de soja), permitindo o desenvolvimento em pequenas propriedades. Muitas vezes a posse de pequenas áreas é inclusive um fator determinante ao ingresso na atividade. Ademais, esta estratégia se relaciona com o capital natural através do uso que alguns agricultores fazem dos dejetos animais para a recomposição da fertilidade do solo. Neste sentido, a atividade leiteira se mostra particularmente atrativa por conta do acesso que possibilita a ativos sem a intermediação de outros atores, na medida em que são reproduzidos no interior da própria unidade de produção. Como nota Ploeg (2006), a pecuária leiteira em pequena escala pode representar uma estratégia que conjuga processos de des-mercantilização e re-internalização de recursos, os quais possibilitam a constituição de uma base de recursos relativamente autônoma e de múltiplo uso. Além de certo distanciamento em relação aos mercados de insumos e fatores de produção, esta alternativa também tem demonstrado a possibilidade de uma re-fundação ampliada da base de ativos da agricultura com a re-introdução da natureza nos processos produtivos (*des-artificialização*).

3.2 A produção para autoconsumo

A produção de alimentos para o consumo próprio é uma prática recorrente entre os agricultores locais, estando presente em todos os estabelecimentos pesquisados: 93,1% cultivam a horta, 91,4 % mantêm o pomar, 93,1% praticam alguma forma de transformação caseira (queijos, embutidos, banha, etc.), todos criam algum animal para o consumo (principalmente galinha caipira, suínos e bezerros) e todos consomem algum produto oriundo da lavoura (batata-doce, batata inglesa, feijão, trigo, mandioca).

Face à necessidade de “fazer dinheiro” para custear as despesas crescentes da agricultura modernizada, outrora esta prática viu seu espaço restringido pela expansão dos cultivos comerciais. Porém, algumas famílias têm retomado e intensificado a produção para autoconsumo, tanto como uma estratégia reativa que visa minimizar a vulnerabilidade social assegurando ao menos parte da alimentação familiar, quanto como uma estratégia adaptativa mantida em decorrência da segurança alimentar e da economização conferida por esta produção, que permite minimizar os gastos com alimentação.

Destacam-se nesta estratégia os capitais *natural*, *cultural* e *social*. No que diz respeito ao primeiro, trata-se especialmente da qualidade dos solos. Os alimentos para o autoconsumo geralmente são cultivados sem agrotóxicos e adubos químicos, dependendo exclusivamente da fertilidade natural dos solos e da reciclagem e utilização dos recursos locais como esterco dos animais, palhadas e restos de outros cultivos.

A relação entre capital cultural e autoconsumo decorre deste utilizar o conhecimento e a experiência acumulados ao longo de gerações. Conhecer potenciais e limitações, como e quando plantar cada cultura são elementos constituintes do “saber-fazer” que permitem à família gerir e aproveitar melhor seus recursos e garantir que as necessidades alimentares sejam saciadas em grande medida por ela mesma. Esta prática também respeita as preferências alimentares das comunidades locais, seus modos de preparo e consumo, preservando a cultura e a identidade local. Conforme Maluf *et al.* (2001, p. 18), “são estas tradições, peculiares a cada grupo social, que permitem às pessoas se reconhecerem como integrantes do mesmo tecido social.” O autoconsumo ainda relaciona-se com a identidade social de agricultor. É através da produção de alimentos que estes se auto-reconhecem e são reconhecidos. Talvez esta seja a estratégia mais emblemática no sentido de potencializar ativos que, conforme Bebbington (1999), são responsáveis pela ação hermenêutica, isto é, que dão significado à vida.

A produção para autoconsumo também apresenta uma imbricada confluência com o capital social. Neste caso, não se trata de uma dependência do primeiro para o segundo, mas do fortalecimento do segundo pelo primeiro. Parte desta produção é destinada a trocas entre vizinhos, doações para parentes ou festas comunitárias e ainda se faz presente em muitos momentos da convivência social como almoços familiares, confraternizações e encontros do “Clube de Mães”. Além de fontes importantes de acesso aos alimentos e, em alguns casos, de complementação da dieta alimentar, através das trocas, doações, reuniões e encontros com presença de comida e alimentos característicos do autoconsumo, as famílias socializam capital cultural, saberes e experiências e renovam-se os sentimentos comunitários.

3.3 A agroindustrialização

O desenvolvimento da “agroindústria familiar rural” é outra estratégia que vem ganhando evidência entre os agricultores locais, principalmente a partir do final da década de 1990. Dentre os estabelecimentos pesquisados, 32,8% apresentaram algum tipo de transformação de alimentos realizada pela unidade familiar e comercializada durante o ano agrícola 2001/02. Os principais alimentos foram: banha (12,07%), geléias (8,62%), queijos (5,17%), derivados de cana-de-açúcar (5,17%), massas (3,45%) e vinhos (1,72%). Todos estes comercializados diretamente aos consumidores de porta em porta.

A formação destas agroindústrias marca a passagem de uma atividade artesanal de produção de alimentos para autoconsumo para uma nova modalidade de atividade mercantil. Além de agregar valor ao produto pela industrialização, este tipo de atividade tem possibilitado um importante acréscimo de renda em virtude da forma diferenciada como ocorre sua venda - direto ao consumidor -, *vis-à-vis* a forma como ocorre a venda da produção vegetal e animal, geralmente através das cooperativas agropecuárias.

São particularmente relevantes nesta estratégia os estoques de capital *produzido, social e humano*. No que concerne ao primeiro, cada vez mais as agroindústrias familiares têm sido pressionadas a se adequarem a *standards* públicos e privados que demandam a construção de instalações e equipamentos de custos elevados. Para viabilizar o acesso a este conjunto de bens destaca-se a atuação do Estado e crescentemente de empresas privadas que começam a se interessar cada vez mais por produtos com qualidades diferenciadas que carreguem consigo apelos comerciais relacionados à tradição e/ou a certas práticas artesanais de produção (Wilkinson, 2003).

A relevância do capital social nesta estratégia relaciona-se com a venda direta dos produtos aos consumidores. Diferentemente das grandes empresas do ramo, as agroindústrias familiares articulam-se firmemente com os espaços locais, mobilizando diversas redes de comercialização onde se destacam laços de parentesco, amizade e confiança. Estas redes funcionam reativando vínculos sociais e construindo mercados diferenciados. Assim, ao mesmo tempo em que esta estratégia tem se apoiado no capital social, procura fortalecê-lo, garantindo sua própria continuidade e permanência.

Em relação ao capital humano, uma série de encontros técnicos, palestras, cursos e dias de campo para capacitação e aprendizado de novas práticas de transformação artesanal dos alimentos e agregação de valor vêm sendo realizado no município nos últimos anos. Estes cursos e encontros, acessados por meio dos extensionistas rurais e pela administração municipal, tem como objetivo potencializar o capital humano para o desenvolvimento e qualificação desta e de outras atividades. De acordo com a pesquisa AFDLP (2003), no ano agrícola pesquisado, 84,5% dos entrevistados participaram em palestras, 74,1% em dias de campo e 63,8% em feiras e exposições agropecuárias.

3.4 A pluriatividade

A pluriatividade (combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, por uma mesma família rural) é uma estratégia encontrada em 46,5% das famílias pesquisadas. Devido à trajetória predominantemente agrícola do município, as principais ocupações estão relacionadas ao desenvolvimento de uma “pluriatividade de base agrária” - *off-farm activities* (Ellis, 1998) -, ou seja, situações em que se combinam atividades agrícolas dentro e fora da unidade de produção; 45,3% das famílias pluriativas pesquisadas encontram-se nesta classificação. As demais ocupações podem ser classificadas como pluriatividade intersetorial ou típica - associação entre atividade não-agrícola e agrícola -, e são desenvolvidas no serviço público (11,3%), indústrias (11,3%), serviços pessoais (9,4%), comércio (7,5%), transporte (5,7%) e construção civil (1,9%).

A principal razão para o exercício da pluriatividade converge para a necessidade de aumentar a renda familiar, indicado por 71% dos agricultores pesquisados. Similarmente a outras estratégias, em muitos casos a pluriatividade surge como uma reação diante de um contexto de vulnerabilidade que impõe a busca de novos meios de sobrevivência. Uma renda a mais significa maior estabilidade socioeconômica e garantia de reprodução social. Em outros casos, esta estratégia aparece como escolha exercida por famílias com condição socioeconômica mais estável em que, além da busca por outra fonte

de renda, o gosto pela atividade e a associação com novos estilos de vida emergente no meio rural tornam-se fatores relevantes - caso de 15% dos entrevistados (Kinsela *et al.*, 2000).

No exercício da pluriatividade é particularmente importante o estoque de capital *humano*, sobretudo no que concerne à escolaridade. No caso dos indivíduos que trabalham exclusivamente na agricultura, 40,14% possuem até 4ª. série, 38,73% até a 8ª. série, 21,13% ensino médio e apenas 2,84% ensino superior. Já em se tratando de pluriatividade intersetorial a situação é quase oposta. Não há registros de indivíduos que tenham escolaridade inferior a 4ª. série, 25% possuem até a 8ª. série, 33% apresentam ensino médio e 41,66%, superior.

Outro capital que deve ser considerado é o capital *social*. É através deste que geralmente os indivíduos acessam outras ocupações. São por meio de conhecidos, parentes e amigos que residem ou exercem atividades nos centros urbanos que, com frequência, os indivíduos passam a exercer atividades não-agrícolas. O mesmo ocorre com a pluriatividade de base agrária, onde as contratações usualmente acontecem em virtude de relações de proximidade e vizinhança.

3.5 A migração

Desde a colonização, a migração constituiu uma reação frente ao fracionamento das propriedades rurais decorrente dos padrões de herança por partilha total do lote. A necessidade de reprodução do grupo familiar e a posse de reduzido capital natural - nomeadamente quantidade de terra - determinou a expansão da fronteira agrícola para fora do território gaúcho, principalmente para o oeste catarinense e sudoeste paranaense.¹³ A partir da modernização da agricultura as possibilidades de acesso a terra, mesmo em outros Estados, tornaram-se mais remotas. Todavia, a posse de escasso capital natural definia-se e continua sendo um importante determinante e propulsor à migração. Neste período, os fluxos dirigiram-se principalmente à região metropolitana de Porto Alegre, onde o emprego em ocupações não-agrícolas tornava-se atrativo, sobretudo, na indústria calçadista em franca expansão.

Mais recentemente, a diminuição da oferta de emprego nas cidades e a descapitalização dos agricultores para a aquisição de terras nas novas fronteiras

13 Para Ellis e Freeman (2004), além de reduzir o número de membros da família a que se precisa garantir a subsistência, a migração possibilita ingresso de renda quando há remessas realizadas pelos migrantes.

agrícolas (basicamente a região norte do Brasil) são fatores que tem desestimulado a migração. Contudo, muitas famílias continuam lançando mão desta estratégia, agora, com novos objetivos, como o acesso à educação, se constituindo numa estratégia primeiramente individual e com grande relevância entre jovens e mulheres (Niederle, 2007).

Segundo a pesquisa AFDLP (2003), uma em cada quatro unidades familiares apresenta algum membro disposto a migrar para a cidade, sendo que em 33,3% dos casos, o motivo elencado é o acesso à educação, que se torna, neste caso, uma porta de saída do meio rural.¹⁴ De modo geral, os indivíduos não retornam aos seus lugares de origem após a qualificação, contudo, em algumas situações o investimento em educação associa-se a uma tentativa de melhorar as condições da unidade familiar e, neste sentido, mais do que uma escolha individual, representa uma estratégia coletiva cuja lógica sustenta-se no retorno futuro do(a) filho(a) ao estabelecimento para administrar a propriedade ou investir em outro ramo no próprio local (geralmente, em pequenas agroindústrias).

Outro capital relevante para acionar a estratégia da migração é o capital *social*. Geralmente indivíduos ou famílias migram em busca de terras, emprego ou educação em lugares onde já possuem relações sociais estabelecidas, seja pela presença de um parente, ex-vizinho ou conhecido (os laços fracos de Granovetter). A busca de um local que apresente familiaridade ou que haja redes sociais estabelecidas é uma estratégia lançada para minimizar os riscos associados a esta estratégias.

Considerações finais

À título de conclusão evocamos a proposição de Ploeg e colaboradores (2000) em relação ao desenvolvimento rural como um processo multi-ator que se articula de modo contraditório em distintos níveis e esferas sociais. Por um lado, a dinâmica mais geral de transformações do sistema agroalimentar é continuamente re-significada no local, adquirindo contornos específicos que em nada lembram a simples imposição de práticas produtivas ou modos de vida pelos atores dominantes nos mercados globais. Os agricultores intervêm ativamente no curso das mudanças da agricultura e do rural. Por outro lado, é fundamental perceber que, por mais local e endógena que a dinâmica de desenvolvimento se demonstre, sempre existem importantes articulações

14 Outra razão importante para a migração é a baixa remuneração da atividade agrícola e as dificuldades do trabalho na agricultura, citada por 53,33% dos entrevistados.

externas com instituições que extrapolam a localidade. Os agricultores também não possuem o monopólio das transformações do “espaço rural”. Estas são fruto de interações dinâmicas que envolvem atores sociais com interesses e racionalidades muito distintos.

Argumentamos que o desenvolvimento das estratégias de diversificação dos meios de vida depende do acesso a ativos que são mobilizados em diferentes esferas sociais, compostas por atores com distintas capacidades. Estas estratégias representam o resultado de uma complexa articulação de atores e racionalidades, onde o controle de recursos materiais e simbólicos torna-se uma questão central.

Do mesmo modo, aludimos que frente a um contexto de vulnerabilidade que afeta significativa parcela do mundo rural, a construção de uma nova trajetória de desenvolvimento passa pelo apoio a iniciativas de diversificação das estratégias de reprodução social, econômica e cultural dos agricultores. Se for certo que isso é especialmente importante para aqueles atores sociais economicamente mais vulneráveis, para quem longe de ser a melhor alternativa para enriquecerem, a diversificação seguramente é uma das melhores formas de não empobrecerem ainda mais, não é menos evidente que diversificar os meios de vida cada vez mais pode constituir uma alternativa de acumulação empreendida por alguns agricultores mais capitalizados.

Finalmente, é fundamental perceber o desenvolvimento como uma questão de capacidades e oportunidades de acesso e manutenção dos ativos de capitais. Trata-se de articular, por um lado, a ampliação das capacidades dos agricultores para controlarem de modo relativamente autônomo os capitais necessários à construção das trajetórias de vida que julgam adequados para si e para suas famílias (aqui um ponto cada vez mais relevante parece ser a criação de capacidades coletivas e a construção política de capital social) e, por outro, a criação de um ambiente social, político e econômico que favoreça o desenvolvimento destes meios de vida, garantindo oportunidades mais justas para as iniciativas que estão emergindo fazerem frente às pressões de instituições e atores sociais que reafirmam o padrão de desenvolvimento vigente.

Referências

- ANJOS, F. S. dos, *et. al.* (2004). A pluriatividade e suas manifestações na região missioneira gaúcha. En: Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (pp. 1-22). Cuiabá: Sober.
- BASSO, D. (2004). *Desenvolvimento local e estratégias de reprodução das famílias rurais*: abordagens sobre o desenvolvimento rural na região

- noroeste do Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRRJ.
- BEBBINGTON, A. (1999). Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World Development*, 27 (12), 2021-2044.
- BONANO, A. (2004). Capital mobility and the reorganization of the time/space relation in the global era. En: Proceedings of XXII Congress of the European Society for Rural Sociology. Wageningen: ESRS.
- CARNEIRO, M. J. (2000). Política de desenvolvimento e o novo rural. En: C. CAMPANHOLA Y J. G. DA SILVA (Eds.), *O novo rural brasileiro* (pp. 117-149). Jaguariúna, SP: Embrapa.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G.R. (1992). *Sustainable rural livelihoods: practical concepts for the 21st century*. IDS Discussion Paper 296.
- COHEN, I. (1999). Teoria da estruturação e práxis social. En: A. GIDDENS, A. Y J. TURNER. *Teoria Social Hoje* (pp. 393-446). São Paulo: UNESP.
- DAGNINO, E. (2002). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- DE HAAN, L.J. (2000). Globalization, localization and sustainable livelihood. *Sociologia Ruralis*, 40 (3), 339-365.
- British Department for International Development; Institute of Development Studies (1999). *Manual de Orientação sobre Meios de Vida Sustentáveis*. Brighton: DFID/IDS.
- ELLIS, F. (2000). *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford (UK): Oxford University Press.
- ELLIS, F. (1998). Household strategies and rural livelihood diversification. *Journal of Development Studies*, 35 (1), 1-38.
- ELLIS, F.; FREEMAN, H. (2004). Conceptual framework and overview of themes. En: F. ELLIS Y H. FREEMAN (Eds.). *Rural livelihoods and poverty reduction policies* (pp. 3-15). London: Routledge.
- EVANS, P. (2002). Collective capabilities, culture, and Amartya Sen's development as freedom. *Studies in Comparative International Development*, 37 (2), 54-60.
- EVANS, P. (1995). *Embedded autonomy*. Princeton: Princeton University Press.
- FOUCAULT, M. (1987). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- FOX, J. (1996). How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. *World Development*, 24 (6), 1089-1103.

- GIDDENS, A. (1989). *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.
- GRANOVETTER, M. (1985). Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91 (3), 481-510.
- GRANOVETTER, M. (1943). The strength of weak ties. *American Journal of Sociology*, Chicago, 78 (6), 1360-1380.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas: Unicamp.
- GRISA, C. (2007). *A produção "pro gasto": um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS.
- GUANZIROLI, C. et al. (2001). *Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond.
- HINRICHS, C.C. (2003). The practice and politics of food system localization. *Journal of Rural Studies*, 19, 33-45.
- KINSELLA, J. et al. (2000). Pluriactivity as a livelihood strategy in Iris farm Households and its role in Rural Development. *Sociologia Ruralis*, 40 (4), 481-496.
- LEITE, S. (Org.). (2001). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS.
- LONG, N. (2001). *Development sociology: actor perspectives*. London: Routledge.
- LONG, N.; LONG, A. (1992). *Battlefields of Knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. London: Routledge.
- LONG, N.; PLOEG, J.D. VAN DER. (1994). Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. En: D. BOOTH (Ed.). *Rethinking social development: theory, research and practice*. (pp. 62-90). Harlow: Longman.
- MALUF, R. et al. (2001). *Caderno segurança alimentar*. Brasília: CONSEA.
- MATTEI, L. (2004). A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 45 (4), 1055-1073.
- NAVARRO, Z. (2001). Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, 16 (43), 83-100.
- NIEDERLE, P.A. (2007). *Mercantilização, estilos de agricultura e estratégias reprodutivas dos agricultores familiares de Salvador das Missões, RS*.

- Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS.
- OFFE, C. (1999). A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: L.C. BRESSER PEREIRA; J. WILHEM Y L. SOLA. (Orgs.). *Sociedade e Estado em transformação*. (pp. 119-145). São Paulo/Brasília: Unesp/Enap.
- OLIVEIRA, V.L. de. (2004). Liberdade e Poder em Amartya Sen. *Desenvolvimento em Questão*, 5 (9), 9-31.
- PEÑAFIEL, A.P.P. (2006). *Modos de vida e heterogeneidade das estratégias de produtores familiares de pêssego da região de Pelotas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Porto Alegre: UFRGS.
- PERONDI, M.A. (2004). *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre: UFRGS.
- PLOEG, J. D. VAN DER. (2006). O modo de produção camponês revisitado. En: S. Schneider. *A diversidade da agricultura familiar*. (pp. 13-56). Porto Alegre: UFRGS.
- PLOEG, J. D. VAN DER. (1990) *Labor, markets, and agricultural production*. San Francisco/Oxford: Westview/Boulder.
- PLOEG, J.D. VAN DER *et al.* (2000). Rural Development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, 40 (4), 391-407.
- PUTNAM, R.D. (1996). *Comunidade e Democracia*. A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV.
- ROMANO, J.O. (2002). Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. En: J.O. ROMANO Y M. ANTUNES (Orgs.). *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. (pp. 9-20). Rio de Janeiro: ActionAid Brasil.
- SCHNEIDER, S. (2003). *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS.
- SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P.A. (2004). From resistance to reaction: styles of farming and rural livelihood of family farms in the South of Brazil. En: Proceedings of XXII Congress of the European Society for Rural Sociology. Wageningen: ESRS.
- SCHNEIDER, S. *et. al.* (2007). *Estudos de caso sobre pluriatividade e diversificação dos modos de vida em áreas rurais no Brasil*. Manuscrito no publicado.
- SCOTT, J. (1987). *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. Yale: Yale University Press.

- SEN, A. (2001). *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- TOURAINÉ, A. (1994). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- WESZ JUNIOR, V.; NIEDERLE, P.A. (2007). Agricultores familiares, agroindústrias e desenvolvimento rural na região Missões, RS. En: Memórias de las V Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Agrarios y Agroindustriales. Buenos Aires: UBA.
- WHATMORE, S. (1994). Farm household strategies and styles of farming: the utility of farm typologies. In: J.D. VAN DER PLOEG Y A. LONG. *Born from within: practice and perspectives of endogenous rural development*. (pp. 3-34). Assen: van Gorcum.
- WILKINSON, J. (2003). A agricultura familiar face ao novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. En: Anais do VII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana e Caribenha de Economia Agrícola. Lima: Alacea.
- WORLD BANK. (2007). *Agriculture for development*. World Development Report 2008. Washington: World Bank.

